

*Osmar Barbosa da Silva
Orlando Domingos Rodrigues
Danilo A. Lucas Alvim
Victor Silva Martins*

ABR
Alvim, Barbosa e Rodrigues
Advogados

*Ana Clara Ferreira Maciel
Alessandra Camilo Caldeira
Letícia Soares Barbosa*

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TCEMG.**

COLEDA 2º CÂMARA,

EMINENTE CONSELHEIRO RELATOR: TELMO PASSARELI.

AUTOS Nº: 1.107.669

PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES, brasileiro, casado, produtor rural, nascido no dia 5 de maio de 1948, filho de Zilda Rodrigues Cordeiro e de Saintclair Valladares Carneiro, portador da cédula de identidade M341154, inscrito no cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda sob o número 160.954.566 – 49, residente e domiciliado à Rua Afonso Pena, número 312, Bairro Centro, Unaí – MG, CEP: 38.610-074, por intermédio de seus procuradores¹, vem Respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, apresentar manifestação referente aos autos em epígrafe, o que faz nos seguintes termos e fundamentos jurídicos:

I – PRELIMINARES

II - NULIDADE DO RELATÓRIO TÉCNICO DE ENGENHARIA

Por determinação do Exmo. Dr. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, foi realizada, pelos analistas de controle externo Sr. Antônio Eustáquio Coelho e Sr. Luiz Henrique Starling Lopes, inspeção

¹ Instrumento procuratório em anexo.

extraordinária referente às obras de drenagem da grotta do Taquaril, localizada no perímetro urbano do Município de Unaí – MG. A inspeção extraordinária foi realizada entre os dias 02 e 07 de maio de 2022.

Ocorre que quando da realização da inspeção extraordinária, não foram observados os Princípios Constitucionais da Plenitude de Defesa e do Contraditório. Em momento algum, seja durante a realização da inspeção, ou antes da emissão de seu respectivo relatório, os analistas oportunizaram ao **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, o exercício dos já citados postulados constitucionais. Ao **SR. PETRÔNIO** não foi facultado a indicação de assistente técnico par acompanhar as vistorias e nem tão pouco a formulação de quesitos.

Importante destacar que a inspeção foi realizada em obra de engenharia de alta complexidade técnica e que a mesma foi realizada após decorridos 5 (cinco) anos da execução das obras. Por questões óbvias e para o escoreito exercício dos Princípios Constitucionais da Plenitude de Defesa e do Contraditório, o **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, deve ser assistido por profissional com habilitação técnica suficiente para poder se manifestar e consequentemente se defender de imputações fundamentadas em laudos técnicos.

Caso os analistas de controle externo tivessem obsedo os postulados Constitucionais, todos os apontamentos, por eles realizados, teriam sido plenamente e tecnicamente esclarecidos e consequentemente, o teor do laudo seria outro.

Inquestionável que os Princípios Constitucionais da Plenitude de Defesa e do Contraditório, são aplicáveis ao presente feito. Mas apenas primando pelo escoreito exercício de seu Mister, a Defesa Técnica do **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, traz à baila, fundamentos jurídicos que colocam uma pá de cal em qualquer controvérsia sobra a aplicação, ou não, ao presente feito, dos Princípios da Plenitude de Defesa e do Contraditório.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º, inciso LV, estabelece que os Princípios Constitucionais da Plenitude de Defesa e do Contraditório, são aplicáveis aos processos administrativos, senão vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – (...);

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI – (...);²

Mesmo sendo cristalino o comando constitucional acima transcrito, a Suprema Corte Pátria, afirmou a obrigatoriedade da observância dos Princípios Constitucionais da Plenitude de Defesa e do Contraditório, em processos administrativos. Vejamos julgado neste sentido:

E M E N T A: PROCESSO ADMINISTRATIVO - RESTRIÇÃO DE DIREITOS - OBSERVÂNCIA NECESSÁRIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO "DUE PROCESS OF LAW" (CF, ART. 5º, LV) - REEXAME DE FATOS E PROVAS, EM SEDE RECURSAL EXTRAORDINÁRIA - INADMISSIBILIDADE -

² Inciso LV, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil. Com destaques.

RECURSO IMPROVIDO. RESTRIÇÃO DE DIREITOS E GARANTIA DO "DUE PROCESS OF LAW". - O Estado, em tema de punições disciplinares ou de restrição a direitos, qualquer que seja o destinatário de tais medidas, não pode exercer a sua autoridade de maneira abusiva ou arbitrária, desconsiderando, no exercício de sua atividade, o postulado da plenitude de defesa, pois o reconhecimento da legitimidade ético-jurídica de qualquer medida estatal - que importe em punição disciplinar ou em limitação de direitos - exige, ainda que se cuide de procedimento meramente administrativo (CF, art. 5º, LV), a fiel observância do princípio do devido processo legal. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem reafirmado a essencialidade desse princípio, nele reconhecendo uma insuprimível garantia, que, instituída em favor de qualquer pessoa ou entidade, rege e condiciona o exercício, pelo Poder Público, de sua atividade, ainda que em sede materialmente administrativa, sob pena de nulidade do próprio ato punitivo ou da medida restritiva de direitos. Precedentes. Doutrina. NÃO CABE REEXAME DE FATOS E DE PROVAS EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. - Não cabe recurso extraordinário, quando interposto com o objetivo de discutir questões de fato ou de examinar matéria de caráter probatório, mesmo que o apelo extremo tenha sido deduzido em sede processual penal.³

Pelo demonstrado, inconteste a aplicação dos Princípios Constitucionais da Plenitude de Defesa e do Contraditório, em processos administrativos.

³ STF – AI 241201 AgR/SC, Relator Ministro Celso de Mello.

Em razão da não observância dos Princípios Constitucionais da Plenitude de Defesa e do Contraditório, por parte dos analistas de controle externos, quando da realização da inspeção em comento e visando evitar a decretação judicial de nulidade do presente feito, a Defesa Técnica do **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, requer desde já, que o relatório técnico de inspeção extraordinária seja desentranhado do presente feito.

Caso Vossa Excelência entenda por superado o pleito formulado no parágrafo anterior, a Defesa Técnica do **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, requer, de forma subsidiária, seja determinada a realização de nova inspeção extraordinária, desta feita com a observância dos Princípios Constitucionais da Plenitude de Defesa e do Contraditório, que no caso em comento, se consubstanciam no franqueamento ao **SR. PETRÔNIO** em indicar assistente técnico para acompanhar a realização da inspeção extraordinária e a formulação de quesitos.

I.II – NULIDADE POR AUSÊNCIA DELIMITAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO DE CONDUTAS.

Os analistas de controle externo, em seu relatório de inspeção, citaram a infringência, pelo **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, ao disposto nos artigos 7º e 23, ambos da Lei 8.666/1993. Toda via, os analistas não apontaram quais das condutas descritas nos artigos 7º e 23, ambos do diploma licitatório, foram realizadas pelo **SR. PETRÔNIO**.

Como efeito, da não descrição de condutas atribuídas ao **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, surgem os seguintes questionamentos:

- a) – Quais atos estão sendo atribuídos ao **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**? e
- b) É juridicamente possível exigir que o **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, se defenda de conduta não definida?

Relevante destacar, que o artigo 7º, da Lei 8.666/1993, se estrutura por seu *caput*, que se desdobra em 3 (três) incisos, e por seus 9 (nove) parágrafos sendo que o

segundo se desdobra em 4 (quatro) incisos, logo são 17 (dezesete) regras estabelecidas pelo citado dispositivo legal. A seu turno, o artigo 23, da Lei 8.666/1993, é formado por seu *caput*, 2 (dois) inciso, 8 (oito) parágrafos e 6 (seis) alíneas, totalizando 17 (dezesete) regramentos. Assim, qual ou quais dos 34 (trinta e quatro) regramentos legais o **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES** deve se manifestar?

Em resumo, os analistas de controle externo, não delimitaram e nem tão pouco individualizaram quais condutas os mesmos atribuem ao **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**. A citada ausência delimitação a individualização, resulta em nulidade processual.

Objetivando evitar a nulidade do presente feito e consequentemente o retrabalho que fatalmente resultaria em dispêndio de recursos públicos afetos a Egrégia Corte Mineira de Contas de Minas Gerais, a Defesa Técnica do **SR. PETRÔNIO**, requer seja proferido despacho saneador pelo qual seja delimitada as imputações que a ele são feitas.

I.III – DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

O Ministério Público de Contas afirma ter o **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, realizado o *“Fracionamento do objeto da licitação sem justificativa técnica, em desacordo com o art. 7º e 23 da Lei Federal nº 8.666/93, art. 3º do Decreto Municipal n. 4.223/2014, art. 3º, inc. I, do Decreto n. 3526/2018.”*

O processo licitatório apontado pelo Ministério Público de Contas, como fracionado, foi deflagrado e concluído no ano de 2014. O presente feito foi distribuído no dia 17 de setembro de 21, logo, o feito foi distribuído após o transcurso do lapso temporal de 5 (cinco) anos e por força do disposto no artigo 110 – E, da Lei Complementar, do Estado de Minas Gerais, de número 102, de 17 de janeiro de 2008, a pretensão punitiva encontra-se prescrita. Vejamos o citado dispositivo legal:

Art. 110-E. Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas,

considerando- se como termo inicial para contagem do prazo a data de ocorrência do fato.⁴

Diante do exposto, tendo em vista que os atos apontados pelo Ministério Público de Contas de Minas Gerais, como irregulares, teriam sido praticados no longínquo ano de 2014 e o presente feito apenas se iniciou no ano de 2021, **quase 7 (sete) anos depois**, tem-se que a pretensão de condenação se encontra fulminada pelo decurso do tempo, modo pelo qual, desde já, se pleiteia a declaração de incidência do instituto da prescrição.

II- NO MÉRITO

Se porventura Vossa Excelência entenda por superada as preliminares suscitadas, o que não acreditamos, passamos a esquadrihar as questões meritórias apontadas pelo Ministério Público de Contas e que são fundamentadas no relatório de inspeção extraordinária.

Por melhor didática, pedimos vênica para a transcrição de trechos do requerimento formulado pelo Ministério Público de Contas e que se referem ao **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**.

6. O relatório de inspeção extraordinária registrou os seguintes achados de auditoria e indicou responsáveis (peça 27):

Achados de auditoria	Responsáveis
Fracionamento do objeto da licitação sem justificativa técnica, em desacordo com o art. 7º e 23 da Lei Federal nº 8.666/93, art. 3º do Decreto Municipal n. 4.223/2014, art. 3º, inc. I, do Decreto n. 3526/2018	Petronio Cordeiro Valadares – diretor-geral do SAAE – Unai

⁴ Art. 110 – E, da Lei Complementar, do Estado de Minas Gerais, de número 102, de 17 de janeiro de 2008.

Formalização de termo aditivo ao contrato, em data posterior ao recebimento do objeto da licitação, com dano ao erário no montante de R\$ 106.221,53 , em desacordo com os art. 62/63 da Lei n. 4.320/1964, arts. 57§1º, 65, 69 e 73 da Lei Federal n. 8.666/1993	Rodrigo Borges Kazmirczak – diretor do departamento técnico operacional Petronio Cordeiro Valadares – diretor-geral do SAAE - Unaí
--	---

Em virtude do apontado pelo Ministério Público de Contas, o *thema probandum* da presente manifestação consiste em:

- a) – Se ocorreu, ou não, o fracionamento do objeto da licitação; e
- b) – Se ocorreu, ou não, a formalização de termo aditivo ao contrato após o recebimento do objeto contratado e com resultado de dano ao erário no importe de R\$ 106.221, 53 (cento e sei mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta e três centavos).

II.I – DA NÃO OCORRÊNCIA DE FRACIONAMENTO DA LICITAÇÃO.

O Ministério Público de Contas, afirma que o **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, teria fracionado o processo licitatório 028/2014 (do SAAE – Unaí). O fracionamento, segundo o órgão ministerial, teria se dado em virtude de utilização de projeto básico com elementos técnicos insuficientes para a execução.

A Diretoria de Controle Externo dos Municípios, por sua 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios, realizou a análise de todo o processo licitatório 028/2014, modalidade Concorrência 02/2014, realizado pelo SAAE – Unaí. Ao proceder com a citada análise, o analista de controle externo, Sr. Rogerio César Costa Álvares assim concluiu:

“Por todo o exposto, conclui-se, s.m.j., pela regularidade legal/formal do Procedimento Licitatório

28/2014 (Concorrência 02/2014) realizado pelo SAAE de Unaí, com exceção da execução contratual.”⁵

O corpo técnico desta Corte de Contas, concluiu pela regularidade e legalidade do processo licitatório 028/2014, modalidade Concorrência 02/2014, realizado pelo SAAE de Unaí – MG. O Ministério Público de Contas, simplesmente ignorou a análise técnica. Sendo regular e legal o processo licitatório 028/2014, não há que se falar em fracionamento de processo licitatório, logo, a pretensão ministerial não deve prosperar.

Alega ainda o Ministério Público de Contas, que o Projeto de Engenharia da licitação, não teria contemplado o terreno onde a obra seria realizada. Tal alegação também não deve prosperar, posto todos os licitantes realizaram visitas técnicas ao local de realização da obra e mesmo após as visitas, ofertaram propostas no certame.

Outra alegação Ministerial, refere-se à utilização, por parte do SAAE de Unaí – MG, de projeto de engenharia licitado pela Prefeitura Municipal de Unaí – MG. Ocorre que o órgão ministerial deixou de considerar que foram realizadas duas obras, sendo a primeira de drenagem da grota do Taquaril e a segunda de pavimentação asfáltica, sendo que a primeira obra de responsabilidade do SAAE de Unaí – MG, e a segunda de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Unaí – MG. Importante destacar que a segunda obra apenas poderia ser realizada após a conclusão da primeira. Por óbvio os projetos de engenharia das duas obras deveriam ser elaborados com compatibilidade técnica ou o projeto da segunda obra ser realizado após a conclusão da primeira obra.

A Prefeitura Municipal de Unaí – MG, optou por licitar a elaboração de projeto de engenharia que contemplasse as duas obras. A nosso ver, a decisão da Prefeitura foi acertada, pois caso fossem realizadas duas licitações para a elaboração de dois projetos ao invés de um, os custos aos cofres públicos seriam superiores.

⁵ Processo: 1107669; Peça processual: 30 (página 7); Código do arquivo: 2829410.

Osmar Barbosa da Silva
Orlando Domingos Rodrigues
Danilo A. Lucas Alvim
Victor Silva Martins

ABR
Alvim, Barbosa e Rodrigues
Advogados

Ana Clara Ferreira Maciel
Alessandra Camilo Caldeira
Letícia Soares Barbosa

O Ministério Público de Contas, deixou de considerar também, que a utilização, pelo SAAE de Unaí – MG, de projeto de engenharia contratado pela Prefeitura de Unaí – MG, resultou em economia ao SAAE, pois se assim não tivesse procedido, o SAAE teria que ter realizado a contratação de elaboração do projeto. Pelo demonstrado, a pretensão Ministerial não merece prosperar.

II.II – QUANTO A ALEGAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO EM DATA POSTERIOR AO RECEBIMENTO DA OBRA.

Alega o Ministério Público de Contas, que o SAAE de Unaí – MG, teria formalizado termo aditivo após o recebimento da obra. Tal fato não ocorreu.

No dia 23 de junho de 2016, foi lavrado pelo SAAE de Unaí – MG, termo de recebimento provisório da obra licitada. Vejamos o termo:



TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Identificação

Contrato:	nº 24/2014	Nº da OS / OFB:
Objeto:	Contratação de empresa especializada na área de engenharia com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos para execução dos serviços/obras de drenagem pluvial da Grota do Taquaril	
Contratante:	Serviço Municipal de Saneamento Básico - SAAE	
Contratada:	NG Engenharia e Construções Ltda	

Aos 23 dias de junho de 2016 recebemos, em caráter provisório, a obra de Contratação de empresa especializada na área de engenharia com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos para execução dos serviços/obras de drenagem pluvial da Grota do Taquaril, no município de Unaí - MG, objeto do contrato 24/2014, firmado entre a NG Engenharia e Construções Ltda e o Serviço Municipal de Saneamento Básico - SAAE.

Após constatar que a obra citada acima qualificada foi executada de acordo com as condições contratuais, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, e achando-se concluída, expediu-se o presente **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços (ou bens) ocorrerá em até 90 dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

Ressaltamos também que os serviços dos itens 4.1 ao 4.7 e os itens 4.11 ao 4.13 não foram realizados devido à não execução dos serviços de pavimentação das vias, desta forma, os serviços somente serão concluídos após a conclusão da pavimentação das vias.

Fica então o saldo contratual de R\$80.040,60 (oitenta mil, quarenta reais e sessenta centavos), para serem pagos após a conclusão dos itens de contrato descritos acima.

Unaí, MG 23 de Junho de 2016.

De Acordo

CONTRATANTE Fiscal Técnico do Contrato	CONTRATADA Preposto
 Rodrigo Borges de Almeida Diretor Departamento Técnico	 Luciano Neves Garcia Diretor

Av. Governador Valadarez, 3757 - Bela Vista - CEP: 38.610-000 - Fone: (38) 3676-1521 - Unaí-MG
Site: www.saneamg.gov.br - E-mail: licitacao@saneamg.gov.br

Scanned with CamScanner

Osmar Barbosa da Silva
Orlando Domingos Rodrigues
Danilo A. Lucas Alvim
Victor Silva Martins



ABR
Alvim, Barbosa e Rodrigues
Advogados

Ana Clara Ferreira Maciel
Alessandra Camilo Caldeira
Leticia Soares Barbosa

Do recebimento provisório conta a ressalva de que *os serviços dos itens de 4.1 a 4.7 e de 4.11 e 4.13 não foram realizados em razão da não pavimentação das vias, desta forma, os serviços somente serão concluídos após a pavimentação das vias.*
Inconteste que expressamente, o SAAE apenas recebeu, provisoriamente, parte da obra contratada.

Importante destacar que a pavimentação asfáltica das vias, foi contratada pela Prefeitura Municipal de Unai – MG.

No dia 04 de julho de 2016, o SAAE de Unai – MG, determinou a paralização das obras de drenagem (paralização dos itens constantes da ressalva do termo de recebimento provisório). A paralização se deu pela necessidade da conclusão das obras de pavimentação (contratadas pela Prefeitura Municipal) Vejamos:

 **Saae – Serviço Municipal de Saneamento Básico** 
CNPJ: 25.838.855/0001-17 – Inscrição Estadual: 704.746.754.00-01

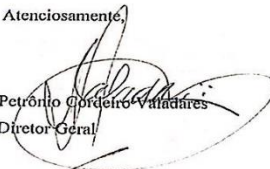
ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 1/2016

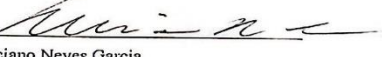
REFERÊNCIA:

- Processo Licitatório nº 243/2014
- Concorrência nº 2/2014
- Contrato nº 24/2014
- Objeto: Execução dos serviços/obras de drenagem pluvial da Grota do Taquaril, município de Unai-MG.

O Diretor Geral do Serviço Municipal de Saneamento Básico de Unai-MG, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere o Decreto s/nº, de 1 de janeiro de 2013, do Município de Unai-MG, c/c na Lei nº 2.933, de 05 de setembro de 2014, com redação dada pelo art. 6º do Decreto nº 4.223, de 22 de setembro de 2014, **DETERMINA** a paralisação temporária do Contrato nº 24/2014 por 90 (noventa) dias, tendo em vista a necessidade de conclusão do serviço de pavimentação para o término das bocas de lobo para drenagem, conforme justificativa anexa ao processo, cuja empresa contratada é **NG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.326.648/0001-03, com sede à Q. SIG, Quadra-01, Lotes 495/505/515, Sala Ed.315, Edifício Barão do Rio Branco - Zona Industrial – Brasília-DF - CEP: 70.610-410, neste ato representada pelo senhor **LUCIANO NEVES GARCIA**, inscrito no CPF sob nº 829.768561-68.

Unai (MG), 04 de julho de 2016.

Atenciosamente,

Petronio Cordeiro Valadares
Diretor Geral

Ciente: 
Luciano Neves Garcia
NG Engenharia e Construções Ltda

Av. Governador Valadares, 3.757 – Bela Vista – CEP: 38610-000 – Fone: (38) 3676-1521 – Unai-MG
Site: www.saaeunai.mg.gov.br – E-mail: saae@saaeunai.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

Osmar Barbosa da Silva
Orlando Domingos Rodrigues
Danilo A. Lucas Alvim
Victor Silva Martins

ABR
Alvim, Barbosa e Rodrigues
Advogados

Ana Clara Ferreira Maciel
Alessandra Camilo Caldeira
Letícia Soares Barbosa

Além da paralização, o SAAE de Unaí – MG, determinou a suspensão, por 90 (noventa) dias, do contrato referente as obras de drenagem.

Após o recebimento provisório da obra contratada pelo SAAE de Unaí – MG, e da paralização da obra referente a ressalva do recebimento provisório, a Prefeitura Municipal de Unaí – MG, deu início a obra de pavimentação asfáltica do local onde foi realizada a obra contratada pelo SAAE.

Concluída as obras de pavimentação asfáltica (contratadas pela Prefeitura), o SAAE de Unaí – MG, expediu, no dia 23 de setembro de 2016, ordem de reinício das obras de drenagem objetivando a conclusão dos itens apontados na ressalva do termo de recebimento provisório. Vejamos a ordem:



ORDEM DE REINÍCIO Nº 1/2016

REFERÊNCIA:

- Processo Licitatório nº 243/2014
- Concorrência nº 2/2014
- Contrato nº 24/2014
- Objeto: Execução dos serviços/obras de drenagem pluvial da Grota do Taquaril, município de Unaí-MG.

O Diretor Geral do Serviço Municipal de Saneamento Básico de Unaí-MG, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere o Decreto s/nº, de 1 de janeiro de 2013, do Município de Unaí-MG, c/c na Lei nº 2.933, de 05 de setembro de 2014, com redação dada pelo art. 6º do Decreto nº 4.223, de 22 de setembro de 2014, **DETERMINA O REINÍCIO** do Contrato nº 24/2014, no dia 26 de setembro de 2016, pela empresa contratada NG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.326.648/0001-03, com sede à Q. SIG, Quadra-01, Lotes 495/505/515, Sala Ed.315, Edifício Barão do Rio Branco - Zona Industrial – Brasília-DF - CEP: 70.610-410, neste ato representada pelo senhor LUCIANO NEVES GARCIA, inscrito no CPF sob nº 829.768.561-68.

Unaí (MG), 23 de setembro de 2016.

Atenciosamente,

Petronio Lordeiro Valadares
Diretor Geral

Ciente:
Luciano Neves Garcia
NG Engenharia e Construções Ltda

Av. Governador Valadares, 3.757 – Bela Vista – CEP: 38610-000 – Fone: (38) 3676-1521 – Unaí-MG
Site: www.snaeunaí.mg.gov.br – E-mail: snae@snaeunaí.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

Osmar Barbosa da Silva
Orlando Domingos Rodrigues
Danilo A. Lucas Alvim
Victor Silva Martins

ABR
Alvim, Barbosa e Rodrigues
Advogados

Ana Clara Ferreira Maciel
Alessandra Camilo Caldeira
Leticia Soares Barbosa

Ao reiniciar as obras de drenagem, a contratada percebeu a necessidade de adequação na obra. A adequação foi necessária em virtude da obra de pavimentação (contratada pela Prefeitura) e possuía como escopo a adequação de “bocas de lobo”. Com fundamento na necessidade de adequação, foi firmado o termo aditivo apontado pelo Órgão Ministerial, como extemporâneo. Vejamos o termo aditivo.

SAAE – Serviço Municipal de Saneamento Básico
CNPJ: 25.838.855/0001-17 – Inscrição Estadual: 704.746.754-00-01

4º. ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 24 / 2014

Entre **SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO** do Município de Unai - MG, Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 504, de 27 de novembro de 1967 e reconstituída pela Lei nº. 2.309, de 08 de julho de 2005, com sede a Avenida Governador Valadares nº. 3757, bairro Bela Vista, inscrito no CNPJ sob o nº. 25.838.855/0001-17, mediante designação **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu diretor, o senhor **Petrônio Cordeiro Valadares**, nomeado através do Decreto Municipal s/n de 01 de janeiro de 2013, inscrito no CPF sob o nº. 160.954.566-49, e de outro lado a empresa **NG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.326.648/0001-03, com sede à Q. SIG, Quadra-01, Lotes 495/505/515, Sala ED.315, Edifício Barão do Rio Branco – Zona Industrial – BRASÍLIA - DF, CEP: 70.610-410, neste ato representado pelo senhor **LUCIANO NEVES GARCIA**, inscrito no CPF sob nº 829.768.561-68, denominada **CONTRATADA**, resolveu firmar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 24 / 2014, celebrado em 14 de outubro de 2014, nos termos da Lei 8666/93, com suas posteriores alterações, segundo as cláusulas e condições elencadas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA
1.1 Fica a cláusula Terceira – Do valor e condições de pagamento, Aditivado em R\$ 45.527,84 (Quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos), nos termos do art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA
2.1 Permanecem inalteradas e integralmente ratificadas, como nelas se convém e declaram, todas as demais cláusulas e condições do referido contrato.

E por estarem justas e concordantes, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Unai-MG, 04 de novembro de 2016.

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Petrônio Cordeiro Valadares
CONTRATANTE

NG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
LUCIANO NEVES GARCIA
CONTRATADA

Testemunhas:
Nome: _____
Nome: _____

Finalmente, no dia 11 de novembro de 2016, foi expedido novo termo de recebimento provisório da obra, desta feita, sem ressalvas, tendo em vista que a obra havia sido concluída por completo.

SAAE – Serviço Municipal de Saneamento Básico
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 504, de 27.11.67 – Unai – Minas Gerais

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Identificação
Contrato: nº 24/2014 Nº da OS / OFB: 04/2014
Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos para execução dos serviços/obras de drenagem pluvial da Grota do Taquaril, no município de Unai - MG, objeto do contrato 24/2014, firmado entre a NG Engenharia e Construções Ltda e o Serviço Municipal de Saneamento Básico - SAAE.

Contratante: Serviço Municipal de Saneamento Básico - SAAE
Contratada: NG Engenharia e Construções Ltda

Aos 09 dias de novembro de 2016 recebemos, em caráter provisório, a obra de Contratação de empresa especializada na área de engenharia com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos para execução dos serviços/obras de drenagem pluvial da Grota do Taquaril, no município de Unai - MG, objeto do contrato 24/2014, firmado entre a NG Engenharia e Construções Ltda e o Serviço Municipal de Saneamento Básico - SAAE.

Após constatar que a obra citada acima qualificada foi executada de acordo com as condições contratuais, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, e achando-se concluída, expediu-se o presente

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços (ou bens) ocorrerá em até 90 dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

Unai, MG 11 de novembro de 2016.

De Acordo

CONTRATANTE
Fiscal Técnico do Contrato
Rodrigo Soares Nazareno
Diretor Departamento Técnico

CONTRATADA
Preposto
Luciano Neves Garcia
Diretor

Av. Governador Valadares, 3757 – Bela Vista – CEP: 38.610-000 – Fone: (38) 3676-1521 – Unai-MG
Site: www.saneunai.mg.gov.br – E-mail: helioceao@saneunai.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

Nesse cenário, o termo aditivo em comento, foi firmado dentro do prazo de vigência do contrato. O Órgão Ministerial, não se atentou a suspensão do contrato efetivada através do termo de paralização lavrado no dia 04 de julho de 2016.

Com efeito, o **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, não praticou o ato a ele atribuído pelo Ministério público de Contas.

III – REQUERIMENTOS:

Forte nessas razões fáticas e jurídicas, e pedindo a mais respeitosa licença por alguma demasia de linguagem, e ainda contando como o elevado descortínio de Vossa Excelência, a Defesa Técnica do **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**, requer:

Requerimentos preliminares:

- A) -Seja declarada a nulidade do relatório técnico de engenharia, pela inobservância dos princípios constitucionais da plenitude de defesa e do contraditório. Determinando-se o desentranhamento do mesmo;
- B) – Seja declarada a nulidade do presente feito em virtude da não delimitação e individualização de condutas atribuídas ao **SR. PETRÔNIO CORDEIRO VALADARES**; e
- C) – Com fundamento no artigo 110 – E, da Lei Complementar, do Estado de Minas Gerais, de número 102, de 17 de janeiro de 2008, seja declarada a prescrição da pretensão punitiva, referente ao suposto fracionamento de licitação.

Requerimento meritório:

- A) – Eventualmente superadas as questões preliminares antes delineadas, resem indeferidos todos os pleitos

*Osmar Barbosa da Silva
Orlando Domingos Rodrigues
Danilo A. Lucas Alvim
Victor Silva Martins*



*Ana Clara Ferreira Maciel
Alessandra Camilo Caldeira
Letícia Soares Barbosa*

Ministeriais, por ausência de verossimilhança com a realidade fática e jurídica.

Nestes termos, Requer Deferimento.

De Unaí – MG, para Belo Horizonte – MG, 07 de fevereiro de 2023.

DANILO ANTÔNIO LUCAS ALVIM
OAB/MG: 125.398

OSMAR BARBOSA DA SILVA
OAB/MG 103.024

ORLANDO DOMINGOS RODRIGUES
OAB/MG 98.069